



AM  
JMB

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

### *ATA Nº. 20/11*

#### *DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E ONZE*

*Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----*

***PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES***

***VEREADORES: JOAQUIM ANTÓNIO LOPES DA SILVA BATALHA  
JOSÉ PEDRO FERNANDES BARROSO DIAS NETO  
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA  
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA***

*Faltou por motivo justificado o senhor Vereador Renato José Diniz Gonçalves. ---*

*Às dezassete horas e trinta e cinco minutos, com a presença da Assistente Técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes.-----*

*Constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente, declarou aberto o período de*

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*O senhor Vereador Nuno Canta, no uso da palavra, prestou uma informação, alusiva às **Consequências do temporal**, cujo teor a seguir se transcreve: "Nas duas últimas semanas passou por Portugal Continental uma frente de massa de ar muito instável, que alterou as condições atmosféricas e originou chuvas e ventos muito fortes. Estas condições climatéricas adversas produziram um forte temporal que se fez sentir por toda a região de Lisboa, com consequências graves para as pessoas e os seus bens. -----*

*Na cidade do Montijo as consequências foram inundações ligeiras e pontuais, nomeadamente nos locais fora da influência da bacia de retenção da frente ribeirinha, como é o caso do Largo Dr. Manuel da Cruz Júnior, da Rua do Esteiro*

da Quebrada e da Rua do Tavares. Nas restantes zonas vulneráveis não foram registados ocorrências pelos Serviços Municipais de Proteção Civil. -----  
Esta situação é o resultado do trabalho dos serviços na limpeza de caleiras, sargetas e sumidouros e, ainda, da eficácia real do sistema de drenagem pluvial da cidade. -----

As rajadas de vento também tiveram consequências no nosso território, nomeadamente nas proteções metálicas de estaleiros de obras e de edifícios abandonados, bem como, originaram a queda de ramos de árvores. A ocorrência que inspirou mais cuidados aconteceu na Escola Básica Joaquim de Almeida, no Bairro do Mouco, com a queda, sem consequências, de uma perna de árvore. A mesma foi prontamente resolvida pelos Bombeiros Voluntários do Montijo e pelos Serviços Municipais de Jardins. -----

Ontem. As chuvas intensas e os ventos fortes instabilizaram a empena num edifício abandonado, da Rua das Taipas, e com risco de queda para a via pública. Após a avaliação do risco, procedeu-se ao encerramento da via e foi estabelecido contato com o proprietário no sentido da resolução deste problema. -----

A salvaguarda de pessoas, bens e do ambiente dependem de uma boa rede de informações e de ação no socorro e apoio nas ocorrências de Proteção Civil. Mais uma vez, os Serviços Municipais, os Bombeiros Voluntários e as Forças de Segurança deram uma resposta à altura das circunstâncias, a todos deixo o nosso reconhecimento pelo empenho, dedicação e eficácia.” -----

O senhor **Vereador José Pedro Neto**, no uso da palavra, leu uma **Intervenção Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “O País vive uma situação económica e financeira muito delicada com riscos que se adensam diariamente e que alastram a todos os sectores da sociedade portuguesa. A crise não se cinge ao nosso País, é uma crise europeia, uma crise de dimensão mundial. O mundo mudou efetivamente e de forma dramática no último ano. Vivemos tempos diferentes, onde as medidas a curto prazo se sobrepõem de forma avassaladora a todas as medidas de médio e longo prazo que o País necessita. Às portuguesas e portugueses exige-se a quadratura do círculo: crescer em tempos de crise e austeridade. -----

Também a nível local a forma de viver e de governar vão sofrer alterações significativas. Não vamos continuar a viver nos mesmos moldes do passado. Não há margem para esperarmos, não há margem para continuarmos sentados à espera que as oportunidades nos caiam no colo. A redução drástica do crescimento imobiliário, o aumento do desemprego, o empobrecimento galopante, a redução dos valores de investimento para a educação, a degradação dos serviços de saúde acentuada nos últimos anos e o plano estratégico para os transportes são sinais que devem preocupar esta Câmara e em geral todos os Montijenses. -----



Am  
J.B.

*Nestes tempos de forte incerteza e pessimismo vencerão aqueles que estiverem preparados para diariamente responder às oportunidades e riscos que todos os dias se alteram. É preciso agir e agir já. É preciso dar corda aos sapatos. Procurar as oportunidades de crescimento que surgem no seguimento do desvanecer de outras. -----*

*O plano estratégico para os transportes prevê impactos negativos nas expectativas criadas no passado recente para o município de Montijo, nomeadamente nos transportes fluviais e nos transportes aéreos. Anuncia, em função do interesse nacional, a suspensão por tempo indeterminado do projeto do novo aeroporto de Lisboa na zona de Canha e um estudo, a realizar num curto espaço de tempo, para uma solução alternativa que complemente a continuidade da Portela, através da criação de uma área aeroportuária para as designadas Low-cost. -----*

*O interesse nacional, nomeadamente no sector aeroportuário, deve prevalecer acima de interesses locais que possam existir. Importa em primeiro lugar clarificar o futuro da área até ao presente definida para albergar o Novo Aeroporto de Lisboa, designadamente em termos de condicionantes e ordenamento do território, área crítica para o futuro do município. -----*

*Em segundo lugar analisar as consequências do definido neste plano. Desde os primeiros rumores de uma nova solução nesta área constata-se, através da comunicação social, que existem três alternativas com viabilidade de serem analisadas: Alverca, Sintra e Montijo. O Partido Social Democrata do Montijo defende que a solução de utilização da Base Aérea do Montijo seja efetivamente equacionada. No passado este cenário já foi estudado, embora com pressupostos diferentes. É necessário analisar os potenciais prejuízos ambientais e de qualidade de vida na cidade do Montijo e áreas contíguas. Mas equacionar igualmente os benefícios desta zona tendo em consideração a necessidade de escolher uma solução com o menor valor de investimento possível. O interesse nacional é prioritário. Contudo, não podemos deixar de analisar, ainda que de forma meramente exploratória, os benefícios transversais que podem ser criados a nível local. Em termos de economia local, na criação de emprego direta e indiretamente, de melhoria do tecido empresarial, na estrutura rodoviária com o aproveitamento de vias projetadas ou em estudo, melhoria e maior rentabilidade dos transportes públicos fluviais e rodoviários atendendo à proximidade do cais fluvial atual da Base Aérea e da proximidade da Ponte Vasco da Gama, mas também na melhoria das infraestruturas de saúde. Os benefícios extravasam o próprio município, abrangem toda uma região da área metropolitana. -----*

*O Montijo pode optar, por mais uma vez, em esperar. Contudo o Partido Social Democrata do Montijo considera imperativo agir, sensibilizar e congregar os esforços necessários para que a solução de criação de um aeroporto de apoio na*

*Base Aérea do Montijo seja devidamente analisada. Havendo as condições necessárias e sendo de interesse nacional, o Partido Social Democrata do Montijo defende a sua implementação no interesse presente e futuro dos Montijenses que poderão obter benefícios diretos ou indiretos do aproveitamento desta estrutura existente no nosso município.* -----

*A senhora **Presidente**, em resposta, à intervenção feita pelo senhor Vereador José Pedro Neto, disse; “Eu gostava que o Partido Social Democrata, nos referisse como é que podemos atuar desde já, que propostas concretas e que medidas podemos desenvolver para agir imediatamente?”*-----

*O senhor Vereador José Pedro Neto, no uso da palavra, disse: “Como referi na minha intervenção é importante que os autarcas e empresários de algumas áreas, sensibilizarem e chamarem à atenção, para a possibilidade da existência de oportunidades noutros sítios, designadamente na Base Aérea do Montijo, Sintra e Alverca. O que queremos é tentar desenvolver nas nossa áreas, contatos com entidades públicas e entidades privadas, no sentido de numa primeira fase congregar esforços para que a situação seja analisada, que o Montijo seja considerado. Uma vez que, todas as áreas e todos os interesses possam ser ouvidos por este critério, podem ser úteis, para que no futuro esta situação possa ou não ser encontrada aqui, dependendo das conclusões, como é evidente em termos de benefícios e custos possam ser encontrados em várias áreas.”* -----

*A senhora **Presidente**, disse: “O que solicito ao Partido Social Democrata é que nos diga, o que é que a Câmara Municipal do Montijo, pode fazer para tomar a dianteira, com o objetivo de a Base Aérea do Montijo ser escolhida?”* -----

*O senhor Vereador José Pedro Neto, no uso da palavra, disse: “O que o Partido Social Democrata do Montijo, defende é que seja efetivamente equacionada de forma séria, a solução de utilização da Base Aérea do Montijo. Analisar a qualidade de vida na cidade do Montijo e áreas contíguas e equacionar os benefícios desta zona.”* -----

*A senhora **Presidente**, disse: “Eu comprometo-me a trazer aqui, um documento na próxima Reunião de Câmara para aprovarmos e fazermos chegar ao senhor Ministro da Economia e às entidades competentes. O documento deverá ter o vosso contributo.”* -----

*O senhor Vereador Nuno Canta, solicitou a palavra e referiu que: Na minha opinião, a declaração política do Partido Social Democrata sustenta uma proposta irresponsável, pouco séria e procura encobrir o facto de o Partido Social Democrata ter abandonado a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa.* -----



Am  
JG

*É certo que não devemos ter dogmas quanto à localização do aeroporto, mas não podemos ignorar que a sua localização no Campo de Tiro de Alcochete resulta de um intenso debate na sociedade portuguesa, de um elevado investimento em estudos técnicos, de um profundo trabalho diplomático junto das instâncias europeias e de compromissos comunitários do Estado Português. Mais, o Partido Social Democrata parece ter esquecido a situação económica e financeira do país e da União Europeia, bem como, do discurso político que utilizou contra as grandes obras públicas do país. -----*

*Vamos lá falar a sério, existe um local definido e estudado para a localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, aceite pela União Europeia. Agora o Partido Social Democrata defende a necessidade de considerar novas localizações para a infraestrutura, com o velho argumento de gastar menos dinheiro. Mas esta proposta é uma falácia, todos sabemos que a construção de um novo aeroporto, qualquer que seja a localização exige um elevado investimento financeiro. Portanto, das duas uma, ou o Partido Social Democrata apoia a construção de um novo aeroporto e utiliza a localização definida, ou o Partido Social Democrata abandona, como o fez, a construção do mesmo. -----*

*Perante as dificuldades do país, não é intelectualmente honesto procurar baralhar as pessoas, propondo novas localizações para o aeroporto. Quer dizer, num tempo em que o governo do Partido Social Democrata apresenta uma proposta de orçamento para empobrecer os montijenses, o Partido Social Democrata do Montijo, acha credível gastar o dinheiro de todos nós numa ilusão. Deixemo-nos de brincar com coisas sérias, deixemo-nos de demagogia, deixemo-nos de enganar os montijenses." -----*

*Foi presente a **Ata número 18/2011**, tendo a senhora Presidente solicitado que a mesma fosse retirada, para ser incluída uma intervenção que o senhor Vereador Renato Gonçalves fez. -----*

*A **senhora Presidente** deu conhecimento à Câmara dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular no período compreendido **entre 17 e 28 de setembro de 2011**: - Licenças Administrativas: 2; - Alterações: 3; - Propriedade Horizontal: 1; - Informações Prévias: 1; - Certidões: 1; - Autorizações de Utilização: 4 e Loteamentos: 1. -----*

*O **Senhor Vereador Nuno Canta** apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, n.º 3 e 69º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de*

janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----

Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de

### **ORDEM DO DIA**

#### **I – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

**I – PROPOSTA N.º 619/11 – ALTERAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – PROCESSO I-6/11** - No processo supra referenciado, o requerente solicitou, ao abrigo do estipulado no n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, a aprovação da alteração da licença de operação de loteamento relativamente aos parâmetros estabelecidos para o lote 31, constituído pelo Alvará de loteamento n.º 314/02, atualmente sito na Rua da Fábrica, Lote 31, freguesia da Atalaia – Montijo, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 628/20021022. **Considerando que:** A alteração solicitada pelo interessado versa acerca do aumento da área da cave em 47,80 m<sup>2</sup>, passando da área de 50,00 m<sup>2</sup> para a área de 97,80 m<sup>2</sup>, e no aproveitamento do sótão para arrecadação com uma área de 76,20 m<sup>2</sup>. Esta alteração é proposta apenas para o lote n.º 31, e visa o enquadramento da proposta apresentada em sede de Comunicação Prévia, constante do processo camarário n.º B-59/10, em nome do requerente. Esta alteração não tem implicações nos valores totais estipulados para os índices urbanísticos consagrados no Plano Diretor Municipal de Montijo e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, uma vez que se mantém a área de construção total para habitação. Foram apenas ajustados os valores parciais e totais no alvará de loteamento para a área bruta de pavimentos em cave e a área bruta de pavimentos para arrumos no desvão da cobertura. Também se verifica que, uma vez que a alteração incide sobre os usos de estacionamento e de arrumos, não será necessário salvaguardar áreas de cedências para espaços verdes e de equipamento, por se tratar de uma área que não se enquadra na Portaria n.º 216-B/2008, 03 de Março relativa às operações de loteamento. A presente alteração de loteamento enquadra-se nos termos do n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, uma vez que as alterações que se traduzam na variação das áreas de implantação e construção até 3%, desde que não impliquem aumento do n.º de fogos, alteração de parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. **PROPONHO:** A aprovação da alteração à licença de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 314/02, relativamente



MA  
JN

aos parâmetros estabelecidos para o lote 31, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março. (Proposta subscrita pela senhora Presidente) -----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade. -----

## **II - DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**

### **I – PROPOSTA N.º 620/11 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA, REFERENTE À EMPREITADA “ARRUAMENTOS NO BAIRRO DO MARRECO – SARILHOS GRANDES” – PROCESSO F-39/2007**

- Considerando que: A vistoria efetuada no dia 26 de outubro de 2011 considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos provisoriamente. Proponho: A ratificação do auto de Receção Provisória da obra "Arruamentos no Bairro do Marreco – Sarilhos Grandes". (Proposta subscrita pelo senhor Vereador Nuno Canta)-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade. -----

## **III – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E DE SAÚDE**

### **I – PROPOSTA N.º 621/11 - AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO EFETIVA REFERENTE À LOJA Nº 15 DO MERCADO MUNICIPAL CENTRAL DE MONTIJO**

- A titular do direito de ocupação e utilização efetiva da loja n.º 15 do Mercado Municipal Central de Montijo, Mihaela Stancu, requereu junto dos serviços municipais competentes a cedência do mencionado direito a favor de Bianca Nicoleta Chica, natural da Roménia, onde nasceu a 4 de Dezembro de 1993, em Lugoj, solteira, comerciante, contribuinte fiscal n.º 273002015 e residente na Rua Álvaro Valente, n.º 117, rés-do-chão esquerdo, na Freguesia e Concelho de Montijo. -----

Nos termos do que dispõe o artigo 16.º do Regulamento Administrativo Municipal dos Mercados em vigor, aprovado em reunião de Câmara Municipal realizada a 19 de Janeiro de 1993 e bem assim em sessão da Assembleia Municipal realizada em 26 de Fevereiro de 1993, “aos detentores dos títulos de ocupação é permitido ceder a terceiros o título que detêm, desde que a Câmara o autorize”. -----

Preceitua igualmente o artigo 17.º do supra indicado diploma regulamentar que “em caso de mudança do titular do lugar por cedência a terceiro haverá lugar ao pagamento de nova renda”. -----

Estatui ademais o parágrafo terceiro do mesmo normativo regulamentar que “a nova renda que resulte da cedência será atualizada todos os anos em função da Portaria que fixa anualmente o coeficiente de atualização das rendas comerciais”. -----

*O pedido efetuado pela requerente Mihaela Stancu foi devidamente analisado pelos serviços municipais competentes. -----*

*De acordo com a análise realizada, não se vislumbra qualquer obstáculo ou inconveniente no deferimento da pretensão deduzida. -----*

*Sendo certo que a nova renda da concessão a cobrar na sequência da alteração da titularidade do direito de utilização e ocupação efetiva no caso vertente é de € 431, 84 (quatrocentos e trinta e um euros e oitenta e quatro cêntimos), conforme informação produzida pelos serviços e de acordo com o disposto no artigo 17.º do Regulamento dos Mercados acima identificado bem como com esteio e fundamento na deliberação tomada pela Câmara Municipal em 4 de Fevereiro de 1998, sob a proposta n.º 27/98. -----*

*Assim, nos termos supra expostos e de acordo com a fundamentação de facto e de direito acima aduzida, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente: a) autorizar a requerente Mihaela Stancu a ceder o seu direito de utilização e ocupação efetiva respeitante à loja n.º 15 do Mercado Municipal Central n.º 1 a Bianca Nicoleta Chica; b) em consequência da mencionada autorização relativa à cedência em apreço, fixar a nova renda da concessão da loja n.º 15 em causa, a pagar pela titular Bianca Nicoleta Chica, no montante de € 431,84 (quatrocentos e trinta e um euros e oitenta e quatro cêntimos). (Proposta subscrita pelo senhor Vereador Renato Gonçalves) -----*

***Deliberação:*** *Aprovada por Unanimidade. -----*

#### **IV – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS**

***1 – PROPOSTA N.º 622/11 – PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO COM O IDT – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ENFERMEIRA*** - *Considerando que: - A Câmara Municipal de Montijo celebrou, em 17 de Abril de 2008, com a Junta de Freguesia de Montijo e com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP, um protocolo de parceria tendo como objetivo assegurar a melhoria da acessibilidade dos doentes toxicodependentes residentes no Concelho de Montijo aos tratamentos disponíveis; - Consta da cláusula 2.ª, ponto 4 do protocolo, que a CMM se compromete a “Contratar dois/duas Enfermeiros/as 26 horas semanais (a repartir pelos/as dois/duas profissionais) para preparar e administrar Metadona e realizar testes de pesquisa de (...), no GATF;” - A Divisão de Solidariedade e Promoção da saúde do DDSCS procedeu a uma reavaliação dos três anos de funcionamento do programa de metadona, e atendendo também às atuais restrições orçamentais, considerou que o serviço poderia ser assegurado apenas com uma enfermeira, 15 horas semanais, não sendo necessário o serviço de duas enfermeiras 13 horas semanais cada uma; - Nesta fase não é possível proceder à alteração do protocolo celebrado com o IDT, IP em virtude de o mesmo ter sido extinto; - Mesmo sem alteração do protocolo, o IDT manifestou a sua concordância em relação à alteração proposta (conforme cópia do ofício n.º 344, de 28/07/2011, que se anexa); - Apenas a enfermeira*



AM  
Jm

*Jennifer Ribeiro tinha disponibilidade para cumprir tal número de horas; - Por tal facto, procedeu-se à cessação do contrato de prestação de serviços com a enfermeira Carla Nobre com efeitos a 02/09/2011; - Tornou-se por isso imprescindível que a enfermeira Jennifer Ribeiro prestasse o serviço com a duração de 15 horas semanais, a partir de 1 de Setembro de 2011, com a alteração do valor a pagar mensalmente à enfermeira, passando de € 367.01 (referentes a 13 horas semanais) para € 423,47 (referentes a 15 horas semanais).*

**PROPONHO:** - *Que seja concedida autorização para que a enfermeira Jennifer Alves Ribeiro preste os serviços constantes no objeto do contrato de prestação de serviços – avença celebrado em 18 de Maio de 2009, durante 15 horas semanais, com alteração da cláusula quarta do contrato, referente ao encargo, que passa a ser de € 423.47 (quatrocentos e vinte e três euros e quarenta e sete cêntimos) por mês, com efeitos a 1 de Setembro de 2011. (Proposta subscrita pela senhora Presidente)* -----

**Deliberação:** *Aprovada por Unanimidade.* -----

*Finda a Ordem de Trabalhos foi a sessão suspensa pelas dezoito horas e quarenta minutos.*-----

*Pelas dezanove horas foi retomada a sessão para dar início à intervenção do público, previsto pelo artigo 84º, n.ºs. 6 e 7 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.* -----

*O senhor munícipe **Avelino Antunes**, no uso da palavras, disse o seguinte: “A questão que queria colocar é sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local, se chegou à Câmara Municipal do Montijo, algum movimento das populações sobre o desaparecimento das freguesias?”* -----

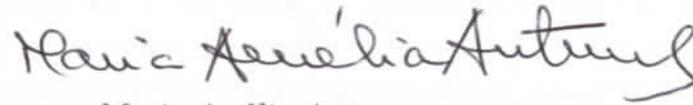
*A senhora **Presidente**, em resposta ao senhor munícipe disse: “Não tenho conhecimento de nenhum movimento. O prazo para discussão sobre este documento é até finais de janeiro de 2012 e eu tenho total disponibilidade para discutir este assunto na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.”* -----

*Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo.* -----

*E não havendo mais nada a tratar foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada.*-----

E eu, *Jociluzna Maria Cezar do Barbosa*, *Assistente Técnica*  
*da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e*  
*de Administração Geral, a escrevi e assino.*-----

*A Presidente da Câmara*



*Maria Amélia Antunes*